



Brasília, 18 de junho de 2024.

**Exmo Srs.**

**Luiz Inácio Lula da Silva**

Presidente da República Federativa do Brasil

**Alexandre Silveira**

Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia

Prezados senhores

O MOVIMENTO PELA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA, composto pelas Associações e entidades que assinam esta carta, tem acompanhado com preocupação as medidas que, ao invés de reduzir, aumentam o custo da energia elétrica para os brasileiros, em especial para a população mais carente, mas que também reduzem a capacidade competitiva dos nossos setores produtivos e prejudicam sobremaneira o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Nesse sentido, em função da tramitação do PL 11.247, que tem como objetivo a implantação de usinas eólicas offshore, mas que recebeu inúmeras emendas pela Câmara Federal ao texto enviado pelo Senado Federal, que agora deve avaliar e concluir o processo de aprovação, este Movimento efetuou a contratação de um estudo sobre os impactos dessas emendas à Consultoria PSR, de reconhecida capacidade técnica e reputacional.

O referido estudo, do qual anexamos seus resultados para vosso conhecimento, demonstra que as emendas trarão um impacto direto no custo da energia para o consumidor de R\$ 25 Bi por ano, até 2050. Isso equivale a R\$658 bi, (sendo o Valor Presente de R\$287 bi). O resultado será um aumento de 11% no custo de energia, com reflexos diretos na inflação, no poder de compra da população e na competitividade industrial do País.

O PL 11.247 inclui uma série de dispositivos que não foram discutidos e que impõem contratações compulsórias de energia sem que seja avaliada, de forma técnica, sua necessidade e ignorando aspectos essenciais da transição energética, como a sustentabilidade. As propostas inseridas por emendas que não guardam nenhuma pertinência temática com o PL das eólicas offshore e que precisam ser corrigidas são:

- Contratação Compulsória de Térmicas a Gás Inflexíveis com preços majorados;
- Manutenção da Operação de Térmicas a Carvão Nacional;
- Postergação do prazo para usinas de fontes renováveis entrarem em operação com subsídio, prazo este já estabelecido pela LEI 14.120/2021;
- Postergação do prazo para MMGD (Micro e Minigeração Distribuída) entrarem em operação com subsídio, prazo este já estabelecido pela LEI 14.300/2022;

DS

DS

DS

DS

DS

DS

DS



- Contratação Compulsória de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas);
- Extensão dos Contratos do Proinfa;
- Contratação Compulsória de Eólicas no Sul;
- Construção de Planta de Hidrogênio.

Nesse sentido, o **Movimento Pela Transição Energética Justa** defende que um projeto de lei criado para promover a transição energética e o desenvolvimento sustentável das energias renováveis no Brasil não pode se tornar um instrumento para contratações compulsórias, reservas de mercado (inclusive de origem fóssil) e manutenção de subsídios a fontes de geração que já são competitivas.

Dessa forma, rogamos pelo vosso apoio e tomada de medidas que impeçam que mais esses custos sejam alocados ao mercado de energia brasileiro, ao mesmo tempo que solicitamos uma reunião na maior brevidade possível para que possamos esclarecer pontos trazidos no relatório.

Respeitosamente,

DocuSigned by:

*Luiz Eduardo Barata*

D3802870BCC941C

Frente Nacional dos Consumidores de Energia

DocuSigned by:

*[Signature]*

8122B6949A5149D

Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica – ABCE

DocuSigned by:

*Paulo Pedrosa*

A15421BF82F3491

Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres – ABRACE

DocuSigned by:

*Rodrigo Ferreira*

F0095C6BA43E4FC

Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia – ABRACEEL

Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE

DocuSigned by:

*Marisete Dadald Pereira*

CA1D79A503984B0

Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica – ABRAGE

DocuSigned by:

*Guilherme Velloso*

AB3EBBDE582B4CF

Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE



DocuSigned by:

Carlos A. Faria

Associação Nacional dos Consumidores de Energia – ANACE

União pela Energia

**Anexo:** PSR Relatório – Impactos do PL 11247